

Relatório de Execução Orçamental

1.º Semestre
2026



SOCIEDADE DE DESENVOLVIMENTO
DO PORTO SANTO, S.A.

Sociedade de Desenvolvimento
do Porto Santo S.A.

ÍNDICE

1. INTRODUÇÃO	2
2. ATIVIDADE	3
2.1. CAMPO DE GOLFE DO PORTO SANTO	3
2.2. CENTRO CULTURAL E DE CONGRESSOS DO PORTO SANTO	4
3. EXECUÇÃO DO PLANO DE INVESTIMENTOS	11
4. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	15
4.1. DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR NATUREZAS	15
4.2. BALANÇO	16
4.3. DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA	17
5. NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	18
5.1. DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS	18
5.1.1. RECEITAS OPERACIONAIS	18
5.1.2. GASTOS OPERACIONAIS	18
5.1.3. FORNECIMENTO E SERVIÇOS EXTERNOS	19
5.1.4. GASTOS COM PESSOAL	21
5.2. BALANÇO	22
5.2.1. PATRIMÓNIO LÍQUIDO	22
5.3. DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA	23
6. INFORMAÇÃO ADICIONAL	23
6.1. PESSOAL	23
6.2. EVOLUÇÃO DA DÍVIDA COMERCIAL	24
6.3. EVOLUÇÃO DO PRAZO MÉDIO DOS RECEBIMENTOS	24
6.4. EVOLUÇÃO DO PRAZO MÉDIO DE PAGAMENTOS	25
7. CONCLUSÃO	26

1. Introdução

O Decreto Legislativo Regional n.º 16/99/M, de 18 de maio, criou a Sociedade de Desenvolvimento do Porto Santo, S.A. (SDPS) como meio alternativo de intervenção ao nível local, complementar à intervenção do Governo Regional e da Câmara Municipal, concorrendo para o desenvolvimento sócio económico da ilha do Porto Santo.

A SDPS é uma sociedade anónima de capitais públicos, detida desde 2026 exclusivamente pela Região Autónoma da Madeira, prossegue fins de interesse público e tem por objeto social a conceção, promoção, construção e gestão de projetos, ações e empreendimentos que contribuam de forma integrada para o desenvolvimento económico, social, desportivo e cultural da ilha do Porto Santo.

Paralelamente, a partir do momento em que por efeitos das Contas Nacionais, integra o perímetro da Administração Pública Regional como empresa pública reclassificada; a sua atuação passou a ser enquadrada também pelas regras definidas para as Empresas Reclassificadas do Setor Público Empresarial da Região Autónoma da Madeira (SERAM).

A SDPS tem a sua atividade e funcionamento pautados pelo disposto no Código das Sociedades Comerciais e pelo disposto no Decreto Legislativo Regional n.º 15/2021/M, de 30 de junho, que estabelece o regime jurídico do sector empresarial da Região Autónoma da Madeira, pelos seus diplomas de criação, respetivos estatutos e pelas demais normas aplicáveis às sociedades comerciais.

Em conformidade com o n.º 2 do artigo 24.º do Decreto Legislativo Regional n.º 15/2021/M, de 30 de junho, os titulares dos órgãos de administração das empresas públicas regionais respondem perante o titular da função acionista pelos resultados obtidos com a gestão empreendida, apresentando para o efeito relatórios trimestrais fundamentados, demonstrativos do grau de execução dos objetivos fixados no plano de atividades e orçamento, devendo este incluir o plano de investimentos e as respetivas fontes de financiamento, doravante designado por plano de atividades e orçamento.

Paralelamente, a alínea e) do n.º 1 do Despacho n.º 140/2016, de 8 de abril, determina que seja realizado trimestralmente o reporte das contas das empresas que compõem o Sector Empresarial da Região Autónoma da Madeira (SERAM), mediante o envio à Inspeção

Regional de Finanças e à Direção Regional do Orçamento e Tesouro, acompanhado do Relatório do Fiscal Único. Assim, passamos a relatar as atividades, investimento e execução orçamental do primeiro semestre de 2026 na perspetiva da contabilidade pública e também na perspetiva do SNC-AP.

2. Atividade

A SDPS rentabiliza os ativos que lhe estão afetos, através da conceção, promoção, construção, gestão e administração de projetos e ativos.

Neste âmbito, existem diversos empreendimentos que são de administração direta, nomeadamente:

2.1. Campo de Golfe do Porto Santo

O Campo de Golfe do Porto Santo contempla 18 buracos e, ainda, um circuito curto de “par” 3, desenvolvendo-se numa área de terreno superior a 1.800.000 m², sendo apoiado por um “Club House”.

A infraestrutura conta com um conjunto de serviços complementares e espaços de lazer tais como restaurante, bar, loja “pro-shop” e, serviços administrativos de apoio.

O quadro infra reflete a variação do número de voltas, comparativamente entre o primeiro semestre de 2025 e o de 2026.

QUADRO 1 – EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE VOLTAS – 1.º SEMESTRE

Atividade	1.º Semestre		Variação 2026/2025	
	2025	2026	N.º	%
N.º de voltas (excluindo Operação Escandinávia)	3 299	2 501	-798	-24,19%
N.º de voltas (incluindo Operação Escandinávia)	23 382	16 453	-6 929	-29,63%
TOTAL	26 681	18 954	-7 727	-28,96%

Fonte – Porto Santo Golfe

No primeiro semestre de 2026, o Porto Santo Golfe registou um total de 18 954 voltas, o que representa uma diminuição de 7 727 voltas (-28,96%) face ao período homólogo de 2025.

Esta evolução resulta, essencialmente, da redução da atividade da operação Escandinávia, que registou 16 453 voltas, menos 6 929 voltas (-29,63%) do que no período homólogo. Paralelamente, as restantes operações apresentaram igualmente uma diminuição de atividade, registando 2 501 voltas, o que corresponde a um decréscimo de 798 voltas (-24,19%).

A redução da procura da operação escandinava decorre, sobretudo, da suspensão da ligação aérea semanal proveniente da Noruega. Esta decisão teve origem nas limitações operacionais verificadas em 2025, período em que a elevada procura pelo Porto Santo Golfe originou situações recorrentes de sobrelotação (overbooking), condicionando a capacidade de resposta do empreendimento e afetando a experiência dos utilizadores. Em simultâneo, o Hotel Vila Baleira, principal unidade de alojamento associada a esta operação, encontrava-se igualmente em situação de sobrelotação, circunstância que motivou, por acordo entre o operador turístico e a unidade hoteleira, a suspensão temporária da referida ligação aérea.

Perspetiva-se que, com a conclusão do 2.º Campo de Golfe, seja possível aumentar a capacidade de acolhimento e retomar esta operação, contribuindo para a recuperação dos níveis de procura.

Importa ainda referir que a operação Dinamarca continua a assumir um peso determinante na atividade do Porto Santo Golfe, representando cerca de 80% do total de voltas realizadas no primeiro semestre de 2026. Deste modo, a evolução global da atividade permanece fortemente dependente do comportamento da procura proveniente do mercado escandinavo, cuja redução explica a maior parte do decréscimo verificado no período em análise.

2.2. Centro Cultural e de Congressos do Porto Santo

O Centro Cultural e de Congressos do Porto Santo é uma infraestrutura moderna que tem como principal objetivo a organização de diversos tipos de eventos e iniciativas de âmbito cultural, artístico e educativo, com serviços técnicos assegurados.

O Centro Cultural apresenta, como espaço principal, um auditório para cerca de 300 pessoas, várias salas de apoio e tem à disposição espaços destinados a serviços públicos e privados.

A utilização dos espaços do Centro Cultural e de Congressos no 1.º semestre foi a indicada no quadro seguinte:

QUADRO 2 – EVOLUÇÃO DO N.º DE EVENTOS – 1.º SEMESTRE

Eventos/Utilizações	1.º Semestre		Variação 2025/2026	
	2025	2026	N.º	%
Eventos	15	22	7	46,67%
Utilização de salas	3	3	-	0,00%
TOTAL	18	25	7	38,89%

Fonte – Centro Cultural e de Congressos do Porto Santo

No primeiro semestre de 2026, o Centro Cultural e de Congressos (CCC) registou a realização de mais 7 eventos do que no período homólogo de 2025, evidenciando um acréscimo da atividade e uma maior utilização das suas infraestruturas.

Este resultado beneficiou do enquadramento sazonal do período em análise. Os meses de abril, maio e junho correspondem tradicionalmente à época baixa da ilha do Porto Santo, caracterizada por uma menor pressão turística sobre os recursos locais, nomeadamente ao nível dos transportes, alojamento e logística. Esta realidade proporcionou condições mais favoráveis à organização e realização de eventos, permitindo atrair iniciativas que, em períodos de maior procura turística, enfrentam maiores constrangimentos operacionais e custos acrescidos.

Em síntese, o aumento de 7 eventos face ao período homólogo reflete não só a capacidade de resposta e gestão do CCC, mas também as vantagens decorrentes da época baixa na ilha, que favorecem a concretização de um maior número de iniciativas e reforçam o papel deste investimento como polo dinamizador da atividade cultural e social no Porto Santo.

2.3. Concessões, Arrendamentos, Protocolos e Licenças Precárias

No mapa seguinte está plasmado o resumo dos vários espaços da SDPS explorados por parceiros, através de contratos de concessão e arrendamento, bem como, protocolos e licenças precárias:

QUADRO 3 – ESPAÇOS COMERCIAIS – 1.º SEMESTRE

CONCELHO	CONCESSÕES / ARRENDAMENTOS / PROTOCOLOS / LICENÇAS	VALOR
Porto Santo	23	347 887,33 €
SUBTOTAL	23	347 887,33 €

3. Execução Orçamental por Classificação Económica

No quadro seguinte podemos analisar a execução orçamental da receita no primeiro semestre de 2026:

QUADRO 4 – RESUMO DA RECEITA E DESPESA– 1.º SEMESTRE

RECEITAS	ORÇAMENTO CORRIGIDO 2026	EXECUÇÃO 1.º SEMESTRE		% EXECUÇÃO ORÇAMENTAL 2026	VARIAÇÃO HOMÓLOGA	
		2025	2026		VALOR	%
	(1)	(2)	(3)	(4)=(3)/(1)	(5)=(3)-(2)	(6)=(5)/(2)
RECEITAS CORRENTES						
Transferências Correntes	300 000,00	0,00	0,00	0,0%	0,00	0,0%
Receitas Correntes	1 933 115,00	980 333,62	647 741,31	33,5%	-332 592,31	-33,9%
Outras Receitas Correntes	13 799,00	3 250,01	10 439,59	75,7%	7 189,58	221,2%
SUBTOTAL	2 246 914,00	983 583,63	658 180,90	29,3%	-325 402,73	-33,1%
RECEITAS CAPITAL						
Venda de Bens de Investimento	320 000,00	1 365 134,00	0,00	0,0%	-1 365 134,00	-100,0%
Transferências de Capital	10 489 000,00	339 348,38	6 800,00	0,1%	-332 548,38	-98,0%
Ativos Financeiros	675 058,00	608 144,00	0,00	0,0%	-608 144,00	-100,0%
SUBTOTAL	11 484 058,00	2 312 626,38	6 800,00	0,1%	-2 305 826,38	-99,7%
Saldo Gerência Anterior	5 304 424,00	2 576 567,26	5 304 423,70	100,0%	2 727 856,44	105,9%
SUBTOTAL	5 304 424,00	2 576 567,26	5 304 423,70	100,0%	2 727 856,44	105,9%
TOTAL	19 035 396,00	5 872 777,27	5 969 404,60	31,4%	96 627,33	1,6%
DESPESAS	ORÇAMENTO CORRIGIDO 2026	EXECUÇÃO 1.º SEMESTRE		% EXECUÇÃO ORÇAMENTAL 2026	VARIAÇÃO HOMÓLOGA	
		2025	2026		VALOR	%
	(1)	(2)	(3)	(4)=(3)/(1)	(5)=(3)-(2)	(6)=(5)/(2)
DESPESAS CORRENTES						

Despesas com Pessoal	1 960 669,00	557 923,96	596 570,47	30,4%	38 646,51	6,9%
Aquisição Bens Serviços	1 152 277,00	222 787,52	113 740,35	9,9%	-109 047,17	-48,9%
Juros e Outros Encargos	500,00	17,36	17,20	3,4%	-0,16	-0,9%
Administração Regional	21 799,00	6 269,96	6 613,54	30,3%	343,58	5,5%
Outras Despesas Correntes	337 000,00	141 672,05	169 865,09	50,4%	28 193,04	19,9%
SUBTOTAL	3 472 245,00	928 670,85	886 806,65	25,5%	-41 864,20	-4,5%
DESPESAS CAPITAL						
Aquisição Bens Capital	15 488 151,00	50 001,21	202 302,01	1,3%	152 300,80	304,6%
Transferências de Capital	75 000,00	0,00	75 000,00	0,0%	75 000,00	0,0%
SUBTOTAL	15 563 151,00	50 001,21	277 302,01	1,8%	227 300,80	454,6%
TOTAL	19 035 396,00	978 672,06	1 164 108,66	6,1%	185 436,60	18,9%

Fonte – Unidade de Gestão Financeira

No primeiro semestre, a receita orçamental cobrada ascendeu a 5.969.404,60 €, correspondendo a uma taxa de execução de 31,4% face ao orçamento corrigido. Comparativamente ao período homólogo de 2025, verifica-se um acréscimo da receita de 96.627,33 € (+1,6%).

As Receitas Correntes totalizaram 658.180,90 €, correspondendo a uma taxa de execução de 29,29%, registando uma diminuição de 325.402,73 € (33,1%) relativamente ao primeiro semestre de 2025. Esta evolução resulta, essencialmente, da redução das Receitas Correntes, pelo não recebimento dos valores faturados ao abrigo do protocolo “Operação Escandinávia”, no período em análise.

Contudo prevê-se, a liquidação dos respetivos valores, no próximo trimestre, através da celebração de um “Acordo de Regularização de Dívida”.

As Outras Receitas Correntes, registaram uma variação significativamente positiva de 7.189,58 € (221,2%), resultante da devolução da taxa de justiça, decorrente da sentença do processo n.º 1963/23.3JACBR - Fraude de Natureza Informática.

No que respeita às Receitas de Capital, foi registada uma execução de 6.800,00 €, correspondente a uma taxa de execução de 0,1%, substancialmente inferior à verificada no período homólogo. Esta variação resulta da inexistência, até ao final do primeiro semestre, de recebimentos associados à alienação de bens de investimento e da reduzida execução

das transferências de capital, em consequência do faseamento financeiro dos investimentos e da calendarização dos respetivos financiamentos.

O Saldo de Gerência Anterior apresenta uma execução de 5.304.423,70 €, correspondente à integração integral do saldo transitado, constituindo a principal fonte de financiamento da atividade desenvolvida no período.

Relativamente à despesa, a execução orçamental ascendeu a 1.164.108,66 €, correspondente a uma taxa de execução de 6,1% do orçamento corrigido, representando um acréscimo de 185.436,60 € (18,95) face ao período homólogo.

A Despesa Corrente atingiu 886.806,65 €, equivalente a uma taxa de execução de 25,5%, registando uma redução de 41.864,20 € (4,5%) relativamente ao primeiro semestre de 2025. Esta evolução resulta da diminuição da despesa com Aquisição de Bens e Serviços (109.047,17€), parcialmente compensada pelo aumento das Despesas com Pessoal (38.646,51 €) e das Outras Despesas Correntes (28.193,04 €).

Relativamente ao acréscimo verificado na rubrica Despesas com Pessoal de 38.646,51 €, correspondente a uma variação de 6,9%, importa esclarecer que este valor não representa um aumento efetivo da despesa com pessoal. A diferença observada resulta exclusivamente de um efeito temporal, uma vez que o pagamento das contribuições para a Segurança Social, no ano transato, referente ao mês de junho foi efetuado apenas no mês de julho. Assim, este montante ficou refletido como diferença no período em análise, não correspondendo a um aumento real dos custos com pessoal, mas apenas a uma diferença na data de reconhecimento do pagamento.

A variação negativa de 48,9 % na rubrica Aquisição de Bens e Serviços explica-se, sobretudo, pela inexistência de vendas de lotes de terrenos afetos ao Campo de Golfe do Porto Santo no decurso do semestre, não tendo, por conseguinte, sido incorridos os custos relativos às respetivas comissões.

Quanto à rubrica Administração Regional, o aumento verificado deve-se ao facto de, no período homólogo apenas ter existido 1 programa de emprego e 1 estágio profissional, enquanto, no período em análise, se verificou a existência de 3 programas de emprego e 1 estágio profissional, promovido pelo Instituto de Emprego da Madeira, IP-RAM.

As Outras Despesas Correntes correspondem aos valores pagos de IVA e IMI, com um incremento percentual de 19,9%.

A Despesa de Capital totalizou 277.302,01 €, correspondendo a uma taxa de execução de 1,8%, refletindo um aumento de 227.300,80 € relativamente ao período homólogo. Esta evolução decorre, essencialmente, do início da execução financeira de investimentos previstos no Plano de Investimentos, traduzida na realização de despesas com Aquisição de Bens de Capital, bem como, do pagamento dos impostos referente ao terreno do Penedo do Sono.

A rubrica de Transferências de Capital apresenta uma variação de 100%, resultante da conclusão de um litígio judicial.

Em termos globais, a execução orçamental observada no primeiro semestre evidencia uma fase inicial da concretização dos investimentos previstos, sendo expectável um reforço dos níveis de execução financeira durante o segundo semestre, em resultado da evolução da execução física dos projetos e do correspondente processamento da despesa.

QUADRO 5 – RESUMO DAS FONTES DE FINANCIAMENTO– 1.º SEMESTRE

FONTES DE FINANCIAMENTO			
RECEITA	ORÇAMENTO CORRIGIDO 2026	EXECUÇÃO 2026	
		VALOR	%
RI NÃO AFETAS A PROJETOS CO-FINANCIADOS (311)	675 058,00	0,00	0,00%
SALDOS DE RG NÃO AFETAS A PROJETOS CO-FINANCIADOS (382)	1 614 553,00	1 614 552,89	100,00%
RG - INDEMNIZAÇÕES COMPENSATÓRIAS (388)	300 000,00	0,00	0,00%
TRANSFERÊNCIAS DE RG ENTRE ORGANISMOS (389)	11 799,00	3 124,35	26,48%
FUNDO COESÃO NACIONAL (392)	10 139 000,00	6 800,00	0,07%
FEDER - MADEIRA 2030 (4MA)	350 000,00	0,00	0,00%
RP DO ANO COM OUTRAS ORIGENS (513)	2 255 115,00	655 056,55	29,05%
SALDOS RP TRANSITADOS - COM OUTRAS ORIGENS (522)	3 689 871,00	3 689 870,81	100,00%
NO SISTEMA BANCÁRIO EXTERNO (712)	0,00	0,00	0,00%
TOTAL	19 035 396,00	5 969 404,60	31,36%
DESPESA	ORÇAMENTO	EXECUÇÃO 2026	

FONTES DE FINANCIAMENTO			
	CORRIGIDO 2026	VALOR	%
RI NÃO AFETAS A PROJETOS CO-FINANCIADOS (311)	675 058,00	0,00	0,00%
SALDOS DE RG NÃO AFETAS A PROJETOS CO-FINANCIADOS (382)	1 614 553,00	344 938,56	21,36%
RG - INDEMNIZAÇÕES COMPENSATÓRIAS	300 000,00	0,00	0,00%
TRANSFERÊNCIAS DE RG ENTRE ORGANISMOS (389)	11 799,00	0,00	0,00%
FUNDO COESÃO NACIONAL (392)	10 139 000,00	6 800,00	0,07%
FEDER - MADEIRA 2030 (4MA)	350 000,00	0,00	0,00%
RP DO ANO COM OUTRAS ORIGENS (513)	2 255 115,00	802 774,35	35,60%
SALDOS RP TRANSITADOS - COM OUTRAS ORIGENS (522)	3 689 871,00	9 595,75	0,26%
TOTAL	19 035 396,00	1 164 108,66	6,12%

A execução da receita por fontes de financiamento ascendeu a 5.969.404,60 €, correspondente a uma taxa de execução de 31,36% do orçamento corrigido.

A receita arrecadada encontra-se maioritariamente suportada pela utilização dos Saldos de Receitas Próprias Transitados – Com Outras Origens (522), no montante de 3.689.870,81 €, e dos Saldos de Receitas Gerais não Afetas a Projetos Cofinanciados (382), no montante de 1.614.552,89 €, ambas com uma taxa de execução de 100%. Regista-se igualmente execução na fonte Receitas Próprias do Ano com Outras Origens (513), no valor de 655.056,55 €, correspondente a uma taxa de execução de 29,05%, bem como nas Transferências de Receitas Gerais entre Organismos (389) e no Fundo de Coesão Nacional (392), embora com expressão financeira reduzida.

Não se verificou execução das restantes fontes de financiamento, designadamente das Receitas Gerais não Afetas a Projetos Cofinanciados (311), das Indemnizações Compensatórias (388) e do FEDER – Madeira 2030 (4MA), em virtude da inexistência de recebimentos associados a estas fontes durante o período em análise.

No que respeita à despesa, a execução orçamental ascendeu a 1.164.108,66 €, correspondente a uma taxa de execução de 6,12%.

A despesa executada foi financiada, predominantemente, através das Receitas Próprias do Ano com Outras Origens (513), que registaram uma execução de 802.774,35 €, correspondente a 35,60% da dotação, e dos Saldos de Receitas Gerais não Afetas a Projetos

Cofinanciados (382), com 344.938,56 € (21,36%). Regista-se ainda execução na fonte Fundo de Coesão Nacional (392), no montante de 6.800,00 €, bem como uma utilização residual dos Saldos de Receitas Próprias Transitados – Com Outras Origens (522).

A reduzida execução das fontes de financiamento associadas aos investimentos cofinanciados encontra-se em linha com o faseamento da execução dos projetos e com a calendarização dos respetivos fluxos financeiros, sendo expectável um incremento da sua utilização ao longo do segundo semestre, à medida que sejam reconhecidas e processadas as despesas elegíveis e efetuados os correspondentes pedidos de reembolso ou recebimentos.

Em termos de estrutura de financiamento, verifica-se que a atividade desenvolvida no primeiro semestre foi financiada, essencialmente, por receitas próprias e pela utilização de saldos transitados, mantendo-se a execução das restantes fontes condicionada pela evolução da execução física e financeira dos investimentos previstos no Plano de Atividades e Orçamento.

4. Execução do Plano de Investimentos

Os investimentos apresentaram a evolução financeira abaixo indicada:

QUADRO 6 – INVESTIMENTOS – 1.º SEMESTRE

Projeto/Designação	Orçamento Inicial 2026	Orçamento Corrigido	Dotação Cabimentada	Valor Executado	% de Execução
52 218	122 000,00	122 000,00	5 915,10	0,00	0,00%
REABILITAÇÃO DE INFRAESTRUTURAS E					
EQUIPAMENTOS DA SDPS, SA	122 000,00	122 000,00	5 915,10	0,00	0,00%
522	122 000,00	122 000,00	5 915,10	0,00	0,00%
52 509	20 000,00	24 400,00	9 008,48	0,00	0,00%
REFORÇO DA COBERTURA E					
IMPLEMENTAÇÃO / REABILITAÇÃO DO					
EMPREENDIMENTO - MERCADO / PRAÇA					
DO BARQUEIRO	20 000,00	24 400,00	9 008,48	0,00	0,00%
513	20 000,00	20 000,00	4 608,48	0,00	0,00%
522	0,00	4 400,00	4 400,00	0,00	0,00%

**RELATÓRIO DE EXECUÇÃO
ORÇAMENTAL
1º Semestre 2026**

Projeto/Designação	Orçamento Inicial 2026	Orçamento Corrigido	Dotação Cabimentada	Valor Executado	% de Execução
52 735	575 000,00	575 000,00	0,00	0,00	0,00%
EFICIÊNCIA ENERGÉTICA - CAMPO DE GOLFE DO PORTO SANTO	575 000,00	575 000,00	0,00	0,00	0,00%
392	200 000,00	200 000,00	0,00	0,00	0,00%
513	25 000,00	25 000,00	0,00	0,00	0,00%
4MA	350 000,00	350 000,00	0,00	0,00	0,00%
52 736	35 380,00	235 380,00	191 900,46	128 629,50	64,31%
EQUIPAMENTO BÁSICO - SDPS	35 380,00	235 380,00	191 900,46	128 629,50	64,31%
382	0,00	200 000,00	191 900,46	128 629,50	64,31%
513	35 380,00	35 380,00	0,00	0,00	0,00%
52 737	18 300,00	18 300,00	0,00	0,00	0,00%
EQUIPAMENTO DE INFORMÁTICA - SDPS	18 300,00	18 300,00	0,00	0,00	0,00%
513	18 300,00	18 300,00	0,00	0,00	0,00%
52 738	6 100,00	6 100,00	0,00	0,00	0,00%
EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO - SDPS	6 100,00	6 100,00	0,00	0,00	0,00%
513	6 100,00	6 100,00	0,00	0,00	0,00%
53 316	230 000,00	230 000,00	0,00	0,00	0,00%
REABILITAÇÃO DE EDIFÍCIO - CENTRO CULTURAL E DE CONGRESSOS	230 000,00	230 000,00	0,00	0,00	0,00%
392	200 000,00	200 000,00	0,00	0,00	0,00%
513	30 000,00	30 000,00	0,00	0,00	0,00%
53 318	420 000,00	520 000,00	24 578,24	0,00	0,00%
REABILITAÇÃO DO CAMPO DE GOLFE DO PORTO SANTO	420 000,00	520 000,00	24 578,24	0,00	0,00%
382	0,00	100 000,00	24 578,24	0,00	0,00%
392	400 000,00	400 000,00	0,00	0,00	0,00%
513	20 000,00	20 000,00	0,00	0,00	0,00%
53 324	000,00	12 608 971,00	3 977 683,99	1 830,00	1,12%
8 739	000,00	12 608 971,00	3 977 683,99	1 830,00	1,12%
2º CAMPO DE GOLFE	000,00	12 608 971,00	3 977 683,99	1 830,00	1,12%
382	0,00	391 000,00	8 630,77	0,00	0,00%
8 689	000,00	8 689 000,00	3 950 545,02	1 500,00	0,02%
392	000,00	8 689 000,00	3 950 545,02	1 500,00	0,02%
513	50 000,00	30 000,00	18 508,20	330,00	1,10%

Projeto/Designação	Orçamento Inicial 2026	Orçamento Corrigido	Dotação Cabimentada	Valor Executado	% de Execução
522	0,00	3 498 971,00	0,00	0,00	0,00%
53 689	100 000,00	122 000,00	0,00	0,00	0,00%
ATUALIZAÇÃO DO SISTEMA DE REGA DO CAMPO DE GOLFE DO PORTO SANTO	100 000,00	122 000,00	0,00	0,00	0,00%
382	0,00	22 000,00	0,00	0,00	0,00%
392	100 000,00	100 000,00	0,00	0,00	0,00%
53 772	100 000,00	200 000,00	13 932,94	5 507,37	6,02%
LOTEAMENTO ADJACENTE AO CAMPO DE GOLFE DO PORTO SANTO	100 000,00	200 000,00	13 932,94	5 507,37	6,02%
382	0,00	100 000,00	3 471,67	3 471,67	3,47%
513	100 000,00	100 000,00	10 461,27	2 035,70	2,54%
53 825	300 000,00	766 000,00	624 263,60	7 076,00	1,97%
CONSTRUÇÃO DE CAMPOS DE PADEL	300 000,00	766 000,00	624 263,60	7 076,00	1,97%
382	0,00	196 000,00	73 867,60	1 776,00	1,01%
392	300 000,00	550 000,00	548 834,00	5 300,00	0,96%
513	0,00	20 000,00	1 562,00	0,00	0,00%
Total Geral	10 665 780,00	15 428 151,00	4 847 282,81	143 042,87	0,93%

Fonte – Unidade de Gestão Financeira

A execução financeira do Plano de Investimentos mantém-se reduzida no período em análise, refletindo o faseamento temporal previsto para a concretização dos projetos e a calendarização dos respetivos procedimentos técnico-administrativos e contratuais.

Não obstante, durante o primeiro semestre registou-se evolução na execução de alguns investimentos, destacando-se o Projeto 52736 – Equipamento Básico – SDPS, que apresenta uma execução financeira de 128.629,50 €, correspondente a 64,31% da dotação cabimentada, resultante da aquisição de buggies para o Campo de Golfe do Porto Santo.

Regista-se igualmente execução financeira no Projeto 53825 – Construção de Campos de Padel, no montante de 7.076,00 €, no Projeto 53772 – Loteamento Adjacente ao Campo de Golfe do Porto Santo, no valor de 5.507,37 €, e no Projeto 53324 – 2.º Campo de Golfe, com uma execução de 1.830,00 €, correspondendo a taxas de execução de 1,97%, 6,02% e 1,12%, respetivamente.

No que respeita ao Projeto 52735 – Eficiência Energética do Campo de Golfe do Porto Santo, continua a não se verificar execução financeira, uma vez que a respetiva candidatura permanece dependente da abertura de aviso no âmbito do Programa Madeira 2030 (FEDER), com elegibilidade para as Sociedades de Desenvolvimento no quadro do Instrumento Territorial Integrado da responsabilidade do Município do Porto Santo.

A execução do Plano de Investimentos no primeiro semestre de 2026 foi ainda condicionada pela complexidade e duração dos procedimentos administrativos e de contratação pública, pela necessidade de obtenção das autorizações legalmente exigidas e pela reduzida capacidade de resposta do mercado, em particular nos setores da engenharia e da construção civil. Acrescem as dificuldades verificadas na apresentação de propostas válidas em alguns procedimentos concursais, a evolução dos custos dos materiais, equipamentos e mão de obra e a consequente necessidade de relançamento de alguns concursos e de reprogramação dos respetivos cronogramas de execução. Estes fatores contribuíram para o desfasamento entre a execução física dos investimentos e o respetivo reconhecimento financeiro.

Os restantes projetos de investimento continuam sem execução financeira até ao final do primeiro semestre, situação que resulta, essencialmente, da continuidade dos procedimentos de contratação pública e da tramitação administrativa necessária à respetiva concretização. Acresce que, embora alguns contratos já se encontrem celebrados e em fase de execução física, ainda não foram rececionados e conferidos os correspondentes documentos de despesa, pelo que não se encontram reunidas as condições para o respetivo reconhecimento contabilístico e orçamental.

Neste contexto, a reduzida execução financeira registada não traduz a inexistência de desenvolvimento dos projetos de investimento, refletindo antes o desfasamento temporal entre o início da execução física das intervenções e o reconhecimento da correspondente despesa. Prevê-se, por conseguinte, um aumento gradual dos níveis de execução ao longo do segundo semestre de 2026, à medida que sejam processadas as despesas decorrentes dos contratos em execução e efetuados os respetivos pagamentos.

5. Demonstrações Financeiras

5.1. Demonstração de Resultados por Naturezas

(Montantes expressos em Euros)

RENDIMENTOS E GASTOS	1º SEMESTRE		31/dez/25
	2026	2025	
Vendas	11,54	1 365 204,20	1 801 302,60
Prestações de serviços	915 448,73	1 012 053,09	1 608 531,96
Transferencias correntes e subsidios à exploração			-
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	-	(1 103 767,77)	(1 664 753,35)
Fornecimentos e serviços externos	(105 948,91)	(211 896,31)	(611 773,16)
Gastos com o pessoal	(601 366,16)	(606 638,48)	(1 193 598,73)
Outros rendimentos e ganhos	12 007,36	5 358,44	330 267,49
Outros gastos e perdas	(50 133,11)	(38 343,37)	(70 619,18)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento	170 019,45	421 969,80	(1 406 877,77)
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	(445 198,50)	(448 280,72)	(896 739,63)
Imparidade de investimentos depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)			
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento)	(275 179,05)	(26 310,92)	(2 303 617,40)
Juros e gastos similares suportados	-	-	
Resultado antes de impostos	(275 179,05)	(26 310,92)	(2 303 617,40)
Imposto sobre o rendimento	-	-	(8,33)
Resultado líquido do período	(275 179,05)	(26 310,92)	(2 303 625,73)

Fonte – Opção Divina

5.2. Balanço

(Montantes expressos em Euros)

RUBRICAS	1º SEMESTRE		31/dez/25
	2026	2025	
ATIVO			
ATIVO NÃO CORRENTE			
Ativos fixos tangíveis	33 469 213,99	33 901 286,09	33 733 928,02
Total de ativo não corrente	33 469 213,99	33 901 286,09	33 733 928,02
Ativo CORRENTE			
Inventários	2 200 356,37	2 761 328,30	2 200 356,37
Clientes	702 944,35	378 002,46	252 887,54
Estado e outros entes públicos	47 054,16	46 963,47	26 427,52
Outras contas a receber	8 592 264,27	10 219 338,42	8 591 436,79
Caixa e depósitos	4 896 869,17	5 196 670,79	5 397 080,48
Total de ativo corrente	16 439 488,32	18 602 303,44	16 468 188,70
TOTAL DO ATIVO	49 908 702,31	52 503 589,53	50 202 116,72
PATRIMONIO LÍQUIDO			
Património/Capital	44 652 855,00	79 518 535,00	79 518 535,00
Outros instrumentos de capital próprio	6 329 192,03	33 177 992,52	63 773 851,09
Prémios de emissão		1,62	1,62
Resultados transitados	(2 303 625,73)	(92 310 340,68)	(92 310 340,68)
Ajustamentos/Outras variações no capital próprio	565 359,38	568 767,36	558 559,38
Resultado líquido do período	(275 179,05)	(26 310,92)	(2 303 625,73)
TOTAL DO PATRIMONIO LÍQUIDO	48 968 601,63	20 928 644,90	49 236 980,68
PASSIVO			
PASSIVO NÃO CORRENTE			
Provisões	308 000,00	6 364 070,00	346 935,00
Financiamentos obtidos		24 266 666,67	-
Passivos por impostos diferidos	85 684,43	39 536,45	85 684,43
Total do passivo não corrente	393 684,43	30 670 273,12	432 619,43
PASSIVO CORRENTE			
Fornecedores	6 383,06	20 073,52	-
Estado e outros entes públicos	43 345,08	133 368,00	14 481,67
Outras contas a pagar	496 688,11	751 229,99	518 034,94
Total do passivo corrente	546 416,25	904 671,51	532 516,61
TOTAL DO PASSIVO	940 100,68	31 574 944,63	965 136,04
TOTAL DO PATRIMONIO LÍQUIDO E PASSIVO	49 908 702,31	52 503 589,53	50 202 116,72
	-	-	-

(1) - O euro, admitindo-se, em função da dimensão e exigências de relato, a possibilidade de expressão das quantias em milhares de euros

Fonte – Opção Divina

5.3. Demonstração de Fluxos de Caixa

(MÉTODO DIRECTO)

(Montantes expressos em Euros)

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	1º SEMESTRE		31/dez/25
		2026	2025	
Fluxos de caixa das actividades operacionais				
Recebimentos de clientes		635 969,54	2 133 254,96	1 653 376,49
Pagamentos a fornecedores		-196 683,02	-229 562,28	-698 490,54
Pagamentos ao pessoal		-597 625,67	-794 358,41	-1 181 049,04
Caixa gerada pelas operações		-158 339,15	1 109 334,27	-226 163,09
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento				31 474,67
Outros recebimentos/pagamentos		-139 904,15	1 167 502,31	-4 661 672,97
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		-298 243,30	2 276 836,58	-4 856 361,39
Fluxos de caixa das actividades de investimento				
Pagamentos respeitantes a:				
Ativos fixos tangíveis		-208 768,01	-46 933,89	-962 735,73
Recebimentos provenientes de:				
Ativos fixos tangíveis				936 785,22
Ativos intangíveis				
Investimentos financeiros				
Outros ativos				
Subsídios ao investimento		6 800,00		375 288,38
Juros e rendimentos similares		0,00	0,00	
Dividendos		0,00	0,00	
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		-201 968,01	-46 933,89	349 337,87
Fluxos de caixa das actividades de financiamento				
Recebimentos provenientes de:				
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio				6 937 335,90
Cobertura de prejuízos				
Pagamentos respeitantes a:				
Financiamentos obtidos				
Juros e gastos similares				
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		0,00	0,00	6 937 335,90
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		-500 211,31	2 229 902,69	2 430 312,38
Efeito das diferenças de câmbio				
Caixa e seus equivalentes no início do período		5 397 080,48	2 966 768,10	2 966 768,10
Caixa e seus equivalentes no fim do período		4 896 869,17	5 196 670,79	5 397 080,48
CONCILIAÇÃO ENTRE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES E SALDO DE GERÊNCIA				
Caixa e seus equivalentes no início do período		5 397 080,48	2 966 768,10	2 966 768,10
- Equivalentes a caixa no início do período		0,00	0,00	0,00
- Variações cambiais de caixa no início do período		0,00	0,00	0,00
= Saldo da gerência anterior		5 397 080,48	2 966 768,10	2 966 768,10
De execução orçamental		5 304 423,70	2 576 567,26	2 576 567,26
De operações de tesouraria		92 656,78	390 200,84	390 200,84
Caixa e seus equivalentes no fim do período		4 896 869,17	5 196 670,79	5 397 080,48
- Equivalentes a caixa no fim do período		0,00	0,00	0,00
- Variações cambiais de caixa no fim do período		0,00	0,00	0,00
= Saldo para a gerência seguinte		4 896 869,17	5 196 670,79	5 397 080,48
De execução orçamental		4 805 295,94	4 854 893,05	5 304 423,70
De operações de tesouraria		91 573,23	341 777,74	92 656,78

(1) - O euro, admitindo-se, em função da dimensão e exigências de relato, a possibilidade de expressão das quantias em milhares de euros

Fonte: Opção Divina

6. Notas às Demonstrações Financeiras

6.1. Demonstração de Resultados

6.1.1. Receitas Operacionais

A variação ocorrida nas receitas operacionais encontra-se explanada no quadro seguinte:

QUADRO 7 – PRINCIPAIS RECEITAS OPERACIONAIS – 1.º SEMESTRE

Receitas Operacionais	1º Semestre		VARIAÇÃO	
	2025	2026	Valor	%
Vendas e serviços prestados	2 377 257 €	915 460 €	-1 461 797 €	-61%
Outros rendimentos	5 358 €	12 007 €	6 649 €	124%
Total	2 382 616 €	927 468 €	-1 455 148 €	-61%

Fonte – Unidade de Gestão Financeira

No final do primeiro semestre de 2026, as receitas operacionais ascenderam a 927.468 €, correspondendo a uma taxa de variação negativa na ordem dos 61%, face ao período homólogo.

As Vendas e serviços prestados registaram uma execução de 915.460 €, correspondendo a uma taxa de variação negativa relativamente ao período homólogo de 61%, justificado essencialmente pelo facto de não terem sido vendidos lotes do loteamento do Porto Santo Golfe, bem como da redução da atividade operacional do Campo de Golfe.

6.1.2. Gastos Operacionais

A variação ocorrida nos gastos operacionais encontra-se explanada no quadro seguinte:

QUADRO 8 – GASTOS OPERACIONAIS – 1.º SEMESTRE

Gastos Operacionais	1º Semestre		VARIAÇÃO	
	2025	2026	Valor	%
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	1 103 768 €	- €	-1 103 768 €	-100%
Fornecimentos e serviços externos	211 896 €	105 949 €	- 105 947 €	-50%
Gastos com o pessoal	606 638 €	601 366 €	- 5 272 €	-1%
Outros gastos	38 343 €	50 133 €	11 790 €	31%

Gastos Operacionais	1º Semestre		VARIAÇÃO	
	2025	2026	Valor	%
Total	1 960 646 €	757 448 €	-1 203 198 €	-61%

Fonte – Unidade de Gestão Financeira

Em relação à execução, podemos concluir:

No primeiro semestre de 2026, os gastos operacionais ascenderam a 757.448 €, correspondendo a uma variação negativa na ordem dos 61% face ao período homólogo.

O Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas, não teve execução no semestre em análise, justificado por não ter havido venda de lotes dos terrenos afetos ao Campo de Golfe do Porto Santo.

Os Fornecimentos e Serviços Externos registaram uma variação negativa de 50%, e evidenciado discriminadamente no ponto seguinte.

Os Gastos com o Pessoal registaram uma diferença de -1% do valor previsto para o semestre pelo facto de, em 2026, um trabalhador ter sido colocado em regime de cedência de interesse público para outro organismo, deixando de representar um encargo para esta entidade durante esse período.

Por sua vez, a rubrica Outros Gastos apresentou uma variação face a 2025 de 31%, em consequência da conclusão de um litígio judicial que implicou a reversão de uma provisão anteriormente constituída para fazer face ao processo da Listorres.

6.1.3. Fornecimento e Serviços Externos

A variação ocorrida na conta “Fornecimentos e Serviços Externos”, encontra-se explanada no quadro seguinte:

QUADRO 9 – FORNECIMENTO E SERVIÇOS EXTERNOS

Conta 62	Fornecimentos e Serviços Externos	1º SEMESTRE		VARIAÇÃO	
		2025	2026	Valor	%
6221	Trabalhos especializados	736,89	5 122,16	4 385,27	595%
6222	Publicidade, comunicação e imagem	21 593,93	16 673,44	-4 920,49	-23%
6226	Conservação e reparação	4 937,84	6 194,51	1 256,67	25%
6231	Peças, ferramentas e utensílios de	2 063,98	1 644,95	-419,03	-20%

Conta 62	Fornecimentos e Serviços Externos	1º SEMESTRE		VARIAÇÃO	
		2025	2026	Valor	%
	desgaste rápido				
6233	Material de escritório	472,54	46,16	-426,38	-90%
6241	Eletricidade	29 010,14	16 749,51	-12 260,63	-42%
6242	Combustíveis e lubrificantes	4 366,44	5 206,41	839,97	19%
6243	Água	27 109,57	26 404,63	-704,94	-3%
6251	Deslocações e estadas	3 201,16	1 772,72	-1 428,44	-45%
6253	Transporte de mercadorias	320,38	0,00	-320,38	-100%
6262	Comunicações	1 563,62	2 161,15	597,53	38%
6263	Seguros	1 014,46	915,25	-99,21	-10%
6265	Contencioso e notariado	0,00	0,00	0,00	0%
6267	Limpeza, higiene e conforto	2 881,58	0,00	-2 881,58	-100%
6269	Outros serviços	112 623,78	23 058,02	-89 565,76	-80%
	Total	211 896,31	105 948,91	-105 947,40	-50%

Fonte – Unidade de Gestão Financeira

A conta “Fornecimentos e Serviços Externos”, teve um decréscimo de 50%, comparativamente ao período homólogo.

Uma análise comparativa aos FSE da SDPS, S.A. entre o 1.º semestre de 2025 e o período homólogo de 2026 permite verificar uma redução global dos custos na ordem dos 50%. Assim, no 1.º semestre de 2026, os gastos com Fornecimentos e Serviços Externos totalizaram 105.948,91 €, representando uma redução de 105.947,40 € (-50%) face ao período homólogo de 2025. Este facto deve-se a uma redução significativa dos custos registados em três rubricas, nomeadamente na publicidade e comunicação, na eletricidade e ainda na rubrica “outros serviços”, a par de outras descidas menos significativas em outras rubricas de custos.

É de referir que a menor execução de custos registada na rubrica de publicidade e comunicação para o 1º semestre de 2026 deve-se a uma redução de custos inerentes ao marketing da empresa em eventos como feiras, torneios e serviços afins nesta Sociedade.

Já no que se refere à rubrica “outros serviços” verifica-se uma redução bastante significativa que corresponde a uma variação de -89.565,76 € (-80%), facto que se deve à redução de custos com o prestador de serviços Joint Achievement – Mediação Imobiliária Lda., no âmbito dos contratos de prestação de serviços celebrados em 2025 com este fornecedor referente à comissão pela venda dos lotes do “Loteamento do Porto Santo Golfe”.

Em sentido inverso, verificou-se um aumento na rubrica de despesas de trabalhos especializados, no 1.º semestre de 2026 (+595%), ainda que o respetivo impacto absoluto seja reduzido (+4.385,27 €). Este facto deve-se ao registo contabilístico dos custos em assessoria jurídica no âmbito dos serviços prestados para os trabalhos de fusão das Sociedades de Desenvolvimento, contratação e processos em contencioso.

As restantes rubricas apresentam variações de menor expressão ou mantiveram níveis de despesa reduzidos, não alterando de forma significativa a evolução global da conta.

6.1.4. Gastos com Pessoal

A variação ocorrida na conta “Gastos com o pessoal”, encontra-se explanada no quadro seguinte:

QUADRO 10 – GASTOS COM PESSOAL

Conta 63	Gastos com o pessoal	1º Semestre		VARIAÇÃO	
		2025	2026	Valor	%
631	Remunerações dos órgãos sociais e de gestão	26 705,57	30 010,99	3 305,42	12%
632	Remunerações do pessoal	465 839,57	458 660,42	-7 179,15	-2%
634	Indeminizações	0,00	0,00	0,00	100%
635	Encargos sobre remunerações	110 129,79	108 960,49	-1 169,30	-1%
63511	Encargos com os Órgãos Sociais	6 087,74	6 844,04	756,30	12%
63512	Encargos com o restante pessoal	104 042,05	102 116,45	-1 925,60	-2%
636	Acidentes no trabalho e doenças profissionais	3 780,05	3 734,26	-45,79	-1%
638	Outros gastos com o pessoal	183,50	0,00	-183,50	-100%
	Total	606 638,48	601 366,16	-5 272,32	-1%

Fonte – Unidade de Gestão Financeira

A conta “Gastos com o pessoal” apresenta uma variação de -1%, apesar do aumento do número de membros executivos do Conselho de Administração. Este impacto foi compensado pelo facto de, em 2026, uma assistente técnica ter sido colocada em regime de cedência de interesse público para outro organismo, deixando, por esse motivo, de representar um encargo para esta entidade durante esse período. Contribuiu igualmente para esta variação, a saída do Diretor do Campo de Golfe, cujas funções passaram a ser asseguradas por um trabalhador interno, sem impacto adicional relevante na estrutura de custos.

6.2. Balanço

Uma análise comparativa ao Balanço da SDPS - Sociedade de Desenvolvimento do Porto Santo S.A, entre o 1º semestre de 2026 e a posição a 31/12/2025, permite destacar os seguintes aspetos às rubricas do balanço:

- uma redução do Ativo Não Corrente, nomeadamente dos Ativos Fixos Tangíveis no valor de 264.714,03, facto que se deve ao cálculo das amortizações do 1º semestre de 2026, sendo de salientar que, pese embora tenha havido um aumento do investimento neste período, o qual regista um valor de 180.484,47, o montante não supera o valor registado nas amortizações do semestre, o que espelha uma diminuição do valor do ativo líquido;
- um aumento na conta de Clientes entre o período em análise e a posição a 31/12/2025, no montante de 450.056,81; este aumento deve-se sobretudo à dívida registada na conta do cliente Vila Baleira Porto Santo, S.A. e do não recebimento dos valores faturados ao abrigo do protocolo “Operação Escandinávia”;
- um acréscimo do valor nas contas de fornecedores a pagar no montante de 6.383,06, o qual diz respeito a faturas que se encontram por liquidar.

6.2.1. Património Líquido

Destaca-se que a variação do património líquido do período face a 31 de dezembro de 2025 resulta da Operação Harmónio realizada em janeiro de 2026, através da Assembleia Geral, com vista à reestruturação financeira da SDPS. Esta operação traduz-se, grosso modo, na redução a zeros do capital social para a cobertura dos prejuízos acumulados, seguida de aumento de capital, de modo a restabelecer o equilíbrio patrimonial da Sociedade e assegurar o cumprimento do artigo 35.º do Código das Sociedades Comerciais (CSC).

Com a reestruturação de capital, o Município do Porto Santo não exerceu o direito de preferência, conforme previsto no CSC, sendo atualmente a RAM a única acionista da Sociedade.

6.3. Demonstração de Fluxos de Caixa

Uma análise aos Fluxos de Caixa da SDPS - Sociedade de Desenvolvimento do Porto Santo S.A, relativa ao 1.º semestre de 2026 permite destacar os seguintes aspetos:

- nas operações de fluxos de caixa regista-se um saldo negativo no fluxo gerado pelas atividades operacionais, uma vez que o valor dos recebimentos foi inferior os valores pagos com pessoal e com fornecedores;
- no fluxo gerado pelas operações de investimento regista-se um saldo negativo, o que é decorrente dos pagamentos de investimento terem sido superiores aos subsídios ao investimento recebidos;
- no final do período observa-se uma variação negativa de caixa e seus equivalentes na ordem dos 500.211,31 €;
- ainda a observar que o saldo de caixa e seus equivalentes no fim do período, que inclui o saldo de gerência anterior e as variações do período anteriormente referidas, no final do 1º semestre, reporta-se a um montante de 4.896.869,17, havendo a salientar que este montante é inferior ao saldo de caixa e seus equivalentes no início do período.

7. INFORMAÇÃO ADICIONAL

7.1. Pessoal

A estrutura de pessoal da SDPS, S.A. tem a seguinte composição:

- Órgãos Sociais – 1 (um) Presidente, 2 (dois) Vogais Executivos e 2 (dois) Vogais Não Executivos;
- Cargos de Direção e Chefia – 2 (dois), sendo dois Técnicos Superiores na sua carreira de origem.
- Técnico Superior – 4 (quatro), dos quais 2 (dois) estão a exercer funções noutras Entidades, um ao abrigo de um Acordo de cedência de Interesse Público e outro através de um Acordo de Cedência Ocasional;

- Profissional de Golfe – 1 (um) trabalhador;
- Assistente Técnico – 13 (treze) trabalhadores, sendo que 4 (quatro) estão a exercer funções em outras Entidades ao abrigo de Acordos de Cedência de Interesse Público;
- Assistente Operacional – 25 (vinte e cinco) trabalhadores, sendo que dois trabalhadores se encontram a exercer funções noutras Entidade ao abrigo de um Acordo de Cedência de Interesse Público.

QUADRO 11 – RESUMO DE PESSOAL – 1.º SEMESTRE

TRABALHADORES ATIVOS	TRABALHADORES INATIVOS	ÓRGÃOS SOCIAIS	TOTAL
38	7	5	50

Fonte – Unidade de Gestão de Recursos Humanos

7.2. Evolução da dívida comercial

QUADRO 12 – EVOLUÇÃO DA DÍVIDA COMERCIAL

	1ºT 2025	2ºT 2025	3ºT 2025	4ºT 2025	1ºT 2026	2ºT 2026
Fornecedores C/C (221 - SNC-AP)	5 284,25	20 073,52	2 272,94	0,00	25 748,05	6 383,06
Fornecedores Investimentos (271 - SNC-AP)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	5 284,25	20 073,52	2 272,94	0,00	12 874,03	3 191,53

Fonte – Unidade de Gestão Financeira

7.3. Evolução do prazo médio dos recebimentos

QUADRO 13 – EVOLUÇÃO DO PRAZO MÉDIO DOS RECEBIMENTOS

PRAZO	1ºT 2025	2ºT 2025	3ºT 2025	4ºT 2025	1ºT 2026	2ºT 2026
PMR (em dias)	16	14	9	7	46	35

Fonte – Unidade de Gestão Financeira

7.4. Evolução do prazo médio de pagamentos

QUADRO 14 – EVOLUÇÃO DO PRAZO MÉDIO DE PAGAMENTOS

PRAZO	1ºT 2025	2ºT 2025	3ºT 2025	4ºT 2025	1ºT 2026	2ºT 2026
PMP (em dias)	4	9	1	0	22	2

Fonte – Unidade de Gestão Financeira

8. Conclusão

O Conselho de Administração e todos os seus colaboradores continuam empenhados na melhoria dos resultados e na sustentabilidade da SDPS, em cumprimento dos objetivos definidos para o ano de 2026.

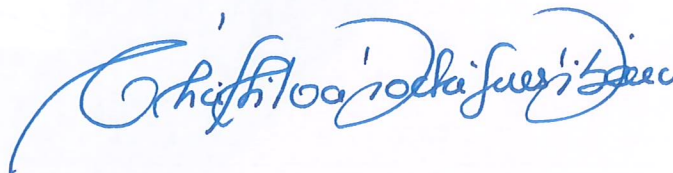
Paralelamente, existe a procura contínua no financiamento, quer através de financiamento comunitário, quer através dos mecanismos previstos na lei, de modo a diminuir a dependência do acionista e, como tal, aliviar o ORAM.

Importa ainda destacar o relevante papel de serviço público assegurado pelas Sociedades, nomeadamente através da disponibilização e manutenção de espaços de acesso livre ao público em geral, como as Frentes Marítimas, contribuindo para a valorização do território, bem-estar das populações e atratividade turística da Região.

Funchal, 30 de julho de 2026

O Conselho de Administração,

A Presidente,

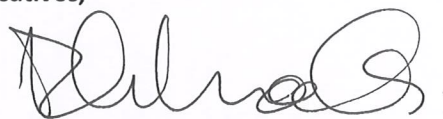


(Élia Fátima da Silva Rodrigues Ribeiro)

Os Vogais Executivos,



(Fátima Carvalho Correia)



(Elías Homem de Gouveia)



SOCIEDADE DE DESENVOLVIMENTO
DO PORTO SANTO, S.A.

Relatório de Execução Orçamental 1.º Semestre 2026



Sociedade de Desenvolvimento do Porto Santo, S.A.

Relatório do Órgão de Fiscalização

1º Semestre de 2026

Julho de 2026

Telefone: +351 213 182 720 | Email: info@pkf.pt | www.pkf.pt

PKF & Associados, SROC, Lda. | Avenida 5 de Outubro nº 124 7º | 1050-061 Lisboa | Contribuinte n.º 504 046 683 |

Capital Social €44.900 | Inscrita na OROC sob o n.º 152 e na CMVM sob o n.º 20161462

A PKF & Associados, SROC, Lda. é membro da PKF International Limited, uma rede de sociedades legalmente independentes, a qual não aceita quaisquer responsabilidades pelos atos ou omissões de qualquer sociedade ou sociedades membro.

Índice

1. Nota Introdutória	3
2. Contabilidade Orçamental	4
2.1. Execução Orçamental da Receita	4
2.2. Execução Orçamental da Despesa	5
3. Conclusões	6
4. Nota Final	7

1. Nota Introdutória

À Secretaria Regional das Finanças,
Secretaria Regional de Equipamentos e Infraestruturas,
Direção Regional do Orçamento e Tesouro e Inspeção Regional de Finanças

Exmos. Senhores,

O presente relatório é elaborado nos termos da alínea i), do nº 1, do art. 42.º do RJSERAM – Regime Jurídico do Setor Empresarial da Região Autónoma da Madeira, do constante da alínea e) do nº 1 do Despacho n.º 140/2016, de 8 de abril, e do contrato celebrado entre as Sociedades de Desenvolvimento e a PKF & Associados, SROC, Lda. para o triénio 2026-2028.

Procedemos à análise da situação económico-financeira da Sociedade de Desenvolvimento do Porto Santo, S. A. (doravante “SDPS” ou “Sociedade”), relativa ao primeiro semestre, de acordo com as Normas Técnicas e as Diretrizes de Revisão/Auditoria aprovadas pela Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e com a extensão considerada necessária nas circunstâncias.

O nosso trabalho incluiu, entre outros aspetos, o seguinte:

- i) Reuniões com o Conselho de Administração e outros responsáveis, tendo sido solicitados e obtidos todos os esclarecimentos que considerámos necessários;
- ii) Apreciação da adequação e consistência das políticas contabilísticas adotadas pela Sociedade;
- iii) Verificação da conformidade do relatório de execução orçamental do primeiro semestre de 2026 com os registos contabilísticos que lhes servem de suporte e explicação dos principais desvios e variações.

Dada a inexistência de qualquer disposição legal que imponha à Sociedade a obrigatoriedade de preparação de um conjunto completo de demonstrações financeiras reportados a 30 de junho de 2026, o nosso trabalho foi desenvolvido com base nos balancetes da contabilidade patrimonial e orçamental disponibilizados e no relatório de execução orçamental preparado pela SDPS com referência ao primeiro semestre de 2026, incluindo o balanço, a demonstração dos resultados, a demonstração dos fluxos de caixa e os mapas de controlo orçamental da despesa e da receita.

Caso tivessem sido preparadas demonstrações financeiras completas com referência àquela data, outras situações poderiam manifestar-se passíveis de relato no presente relatório. No entanto, nos pontos seguintes, levamos ao conhecimento de V. Exas., as conclusões e recomendações que consideramos relevantes, face às situações identificadas no decurso do nosso trabalho.

2. Contabilidade Orçamental

2.1. Execução Orçamental da Receita

Relativamente ao orçamento da receita, as taxas de execução a 30 de junho de 2026 são as seguintes:

Designação	2026			2025		
	Previsões Corrigidas	Receitas Cobradas	Grau Execução	Previsões Corrigidas	Receitas Cobradas	Grau Execução
RECEITAS CORRENTES	2 246 914	658 181	29,3%	1 442 710	983 584	68,2%
Transferências Correntes	300 000	0	0,0%	0	0	0,0%
Venda de bens e serviços correntes	1 933 115	647 741	33,5%	1 408 182	980 334	69,6%
Outras receitas correntes	13 799	10 440	75,7%	34 528	3 250	9,4%
RECEITAS DE CAPITAL	11 484 058	6 800	0,1%	5 138 495	2 312 626	45,0%
Venda de bens de investimento	320 000	0	0,0%	897 050	1 365 134	152,2%
Transferências de capital	10 489 000	6 800	0,1%	3 049 000	339 348	11,1%
Ativos financeiros	675 058	0	0,0%	1 192 445	608 144	51,0%
OUTRAS RECEITAS	5 304 424	5 304 424	100,0%	2 576 569	2 576 567	100,0%
Saldo da gerência anterior	5 304 424	5 304 424	100,0%	2 576 569	2 576 567	100,0%
TOTAL	19 035 396	5 969 405	31,4%	9 157 774	5 872 777	64,1%

Fonte: Balancetes analíticos da Sociedade referentes ao 1º Semestre.

No que respeita ao orçamento da receita, a taxa de execução verificada em 30 de junho de 2026 ascende a 31,4%, que se traduz em 5.969.405 euros em termos absolutos, aumentando cerca de 96.627 euros face ao registado em período homólogo. O grau de execução justifica-se, essencialmente, nos pontos seguintes:

- ✓ O “Saldo da gerência anterior” encontra-se totalmente integrado, no montante de 5.304.424 euros, constituindo a principal fonte de financiamento da atividade desenvolvida no período.
- ✓ As “Receitas de capital” registaram um decréscimo de aproximadamente 2.305.826 euros face ao período homólogo, explicado essencialmente, pela inexistência, até ao final do primeiro semestre, de recebimentos associados à alienação de bens de investimento e da reduzida execução das transferências de capital, em consequência do faseamento financeiro dos investimentos e da calendarização dos respetivos financiamentos.
- ✓ A rubrica de “Outras receitas correntes”, evidencia uma variação significativamente positiva de 7.190 euros (221,2%), em resultado da devolução da taxa de justiça, decorrente da sentença do processo de fraude de natureza informática.
- ✓ A rubrica de “Receitas correntes” resulta, maioritariamente, da exploração do Campo de Golfe do Porto Santo e do Centro Cultural e de Congressos, bem como da cobrança de taxas, concessões e rendas, apresentando no período em análise uma redução de cerca de 325.403 euros face ao período homólogo. Esta evolução resulta essencialmente, da redução das Receitas Correntes, pelo não recebimento dos valores

faturados ao abrigo do protocolo “Operação Escandinávia”, prevendo-se, contudo, a liquidação dos respetivos valores, no próximo trimestre, através da celebração de um “Acordo de Regularização de Dívida”.

2.2. Execução Orçamental da Despesa

Relativamente ao orçamento da despesa, as taxas de execução a 30 de junho de 2026 são as seguintes:

Designação	2026			2025		
	Dotações Corrigidas	Despesas Pagas	Grau Execução	Dotações Corrigidas	Despesas Pagas	Grau Execução
DESPESAS CORRENTES	3 472 245	886 807	25,5%	3 950 459	928 671	23,5%
Despesas com pessoal	1 960 669	596 570	30,4%	2 583 740	557 924	21,6%
Aquisição de bens e serviços	1 152 277	113 740	9,9%	1 183 791	222 788	18,8%
Juros e outros encargos	500	17	3,4%	500	17	3,5%
Transferências correntes	21 799	6 614	30,3%	18 028	6 270	34,8%
Outras despesas correntes	337 000	169 865	50,4%	164 400	141 672	86,2%
DESPESAS DE CAPITAL	15 563 151	277 302	1,8%	5 207 315	50 001	1,0%
Aquisição de bens de capital	15 488 151	202 302	1,3%	5 207 315	50 001	1,0%
Transferências de capital	75 000	75 000	100,0%	0	0	0,0%
TOTAL	19 035 396	1 164 109	6,1%	9 157 774	978 672	10,7%

Fonte: Balancetes analíticos da Sociedade referentes ao 1º Semestre.

Conforme ilustra o quadro acima, a execução orçamental da despesa no primeiro semestre de 2026 situa-se nos 6,1%, apresentado um total de despesa paga pela Sociedade de 1.164.109 euros.

Verifica-se um acréscimo de aproximadamente 185.437 euros face ao valor realizado no período homólogo. Neste contexto, importa destacar as seguintes situações, que contribuem para justificar o grau de execução registado no orçamento da despesa:

- ✓ As “Despesas com pessoal” registaram um aumento de 38.647 euros, decorrente exclusivamente de um efeito temporal, uma vez que o pagamento de contribuições para a segurança social, no ano transato, referente ao mês de junho, foi efetuado apenas no mês de julho. Deste modo, a variação corresponde a uma diferença na data de reconhecimento do pagamento, e não a um aumento real dos custos com pessoal.
- ✓ Em sentido inverso, a redução da rubrica “Aquisição de bens e serviços”, no montante de 109.047 euros, deve-se à inexistência de vendas de lotes de terrenos afetos ao Campo de Golfe do Porto Santo no decurso do semestre, não sendo registado, por conseguinte, custos relativos às respetivas comissões.
- ✓ Quanto à rubrica de “Transferências Correntes”, o aumento que se verificou explica-se pela existência no período homólogo de 1 programa de emprego e 1 estágio profissional, enquanto, no período em análise, concretizaram-se 3 programas de emprego e 1 de estágio profissional.

3. Conclusões

Salientamos que foi desenvolvido um processo de inventariação e reconciliação físico-contabilística do património, cujos efeitos a Entidade estima refletir no âmbito do processo de fusão das Sociedades de Desenvolvimento.

Não obstante, esta informação não origina nesta fase uma alteração na nossa opinião com reservas incluída na Certificação Legal de Contas relativa ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 desta sociedade, que abaixo reproduzimos:

- *“No decurso do trabalho por nós realizado, verificámos que a rubrica de Ativos Fixos Tangíveis inclui cerca de 33.734 milhares de euros relativos a terrenos e edifícios, relativamente aos quais não conseguimos concluir de forma inequívoca sobre eventuais situações de perdas por imparidade. Em resultado deste facto, não estamos habilitados a emitir opinião sobre a rubrica de “Ativos Fixos Tangíveis” evidenciada no Balanço e sobre o saldo de “Gastos de Depreciação e de Amortização” evidenciada na Demonstração dos Resultados por Naturezas, com referência a 31 de dezembro de 2025. Importa salientar que foi desenvolvido um processo de inventariação e reconciliação físico-contabilística do património, cujos efeitos a Entidade estima refletir no âmbito do processo de fusão das Sociedades de Desenvolvimento, a concretizar previsivelmente no exercício de 2026, de modo a assegurar que quaisquer ajustamentos sejam refletidos de forma consolidada e apropriada no contexto da reestruturação e racionalização do setor empresarial público regional.*
- *A rubrica de Outras Contas a Receber inclui cerca de 8.543 milhares de euros relacionados com dívidas de entidades relacionadas, relativamente às quais não nos é possível concluir acerca da sua efetiva recuperabilidade. Desta forma não nos podemos pronunciar sobre a necessidade de reconhecimento de eventuais perdas por imparidade, bem como de eventuais regularizações que possam ter efeito sobre o património da Entidade.”*

4. Nota Final

De acordo com a nossa prática habitual, que tem em vista maximizar sempre a utilidade da nossa colaboração, ficamos ao inteiro dispor, para prestarmos os esclarecimentos adicionais que eventualmente, considerem úteis e necessários.

Cumpre-nos, finalmente, salientar e agradecer a cooperação que temos recebido por parte do Conselho de Administração e dos diversos colaboradores das Sociedades de Desenvolvimento com que contactámos, bem como o interesse na apreciação das observações e recomendações por nós efetuadas.

Lisboa, 30 de julho de 2026

PKF & ASSOCIADOS

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

Amaro André Sousa Abreu (ROC n.º 2072 | CMVM n.º 20230001)

Assinado por: Amaro André Sousa Abreu
Num. de Identificação: BI13613097
Data: 30-07-2026 18:04:33 +01:00

